

INCLUSÃO ESCOLAR E DIVERSIDADE: DA LEGISLAÇÃO À PRÁTICA PEDAGÓGICA

Malriza Lucas da Silva¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: A inclusão escolar e a valorização da diversidade têm se consolidado como princípios fundamentais da educação contemporânea, especialmente diante das transformações sociais e das políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação para todos. Este artigo teve como objetivo analisar a inclusão escolar e a diversidade, considerando o percurso que vai da legislação educacional à efetivação da prática pedagógica no cotidiano das escolas. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais que tratam da educação inclusiva no contexto brasileiro. Os resultados evidenciam avanços importantes no campo normativo, com a ampliação do acesso de estudantes público-alvo da educação especial à escola regular e o fortalecimento do discurso inclusivo no âmbito educacional. Contudo, a análise também aponta limites significativos relacionados à formação docente, à rigidez curricular, às práticas avaliativas tradicionais e à persistência de barreiras pedagógicas e atitudinais que dificultam a consolidação da inclusão. As considerações finais indicam que a efetivação da inclusão escolar exige mais do que o cumprimento das legislações vigentes, demandando investimentos contínuos em formação inicial e continuada de professores, reorganização das práticas pedagógicas e construção de uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças. Conclui-se que a inclusão escolar é um processo contínuo, que requer compromisso coletivo, reflexão crítica e ações pedagógicas intencionais, a fim de promover uma educação mais justa, equitativa e sensível à diversidade.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Diversidade. Prática Pedagógica. Educação Contemporânea.

I INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem se consolidado como um princípio fundamental das políticas educacionais brasileiras, especialmente a partir do reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do ambiente escolar. Ao longo das últimas décadas, avanços legais significativos têm reafirmado o direito de todos os estudantes à educação em escolas regulares, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais, sociais ou culturais. Nesse contexto, a inclusão escolar ultrapassa a dimensão normativa e passa a exigir transformações

¹Pós-Graduação *lato sensu* em Neuropsicopedagogia Institucional e Educação. Especial Inclusiva pela Faculdade Única de Ipatinga - MG, acadêmica da Christian Business School-CBS.

²PhD. Doutora em Ciências da educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, professora orientadora da Christian Business School-CBS.

efetivas nas práticas pedagógicas, na organização curricular e na cultura institucional das escolas.

A diversidade presente no espaço escolar contemporâneo evidencia a necessidade de repensar modelos tradicionais de ensino, historicamente pautados na homogeneização dos processos de aprendizagem. Estudantes com diferentes trajetórias, ritmos, modos de aprender e contextos socioculturais desafiam a escola a construir respostas pedagógicas mais flexíveis e equitativas. Assim, a inclusão escolar se configura como um processo que demanda mudanças estruturais, exigindo que a escola se adapte às necessidades dos alunos, e não o contrário.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representam marcos importantes na consolidação da inclusão escolar. Esses dispositivos legais estabelecem princípios que asseguram o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes nas escolas regulares, reforçando o compromisso do Estado com a educação para todos. Contudo, a existência de legislação não garante, por si só, a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar.

A distância entre o que está previsto na legislação e o que se concretiza nas salas de aula ainda é um dos principais desafios da inclusão escolar. Muitas escolas enfrentam dificuldades relacionadas à formação insuficiente dos professores, à escassez de recursos pedagógicos acessíveis, à rigidez curricular e às condições de trabalho que limitam o planejamento e a reflexão sobre a prática. Esses fatores contribuem para que a inclusão permaneça, em alguns contextos, mais como um discurso institucional do que como uma prática efetivamente consolidada.

A prática pedagógica inclusiva exige do professor uma postura reflexiva e investigativa, capaz de reconhecer a diversidade como potencial pedagógico e não como obstáculo ao ensino. Nesse sentido, a formação docente assume papel central na mediação entre os princípios legais da inclusão e sua aplicação no cotidiano escolar. Professores preparados tendem a desenvolver estratégias mais sensíveis às diferenças, promovendo ambientes de aprendizagem mais participativos e significativos.

Diante desse cenário, torna-se necessário analisar a inclusão escolar a partir da articulação entre legislação e prática pedagógica, compreendendo os desafios que permeiam esse processo. Este artigo, fundamentado em pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental, tem como objetivo discutir a inclusão escolar e a diversidade no contexto educacional brasileiro, refletindo sobre os avanços legais conquistados e os desafios enfrentados na concretização de

práticas pedagógicas inclusivas. Ao abordar essas questões, busca-se contribuir para o fortalecimento de uma escola comprometida com a equidade, o respeito às diferenças e o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Marcos legais da inclusão escolar e o reconhecimento da diversidade

A inclusão escolar no Brasil encontra respaldo em um conjunto robusto de dispositivos legais que reconhecem a diversidade como princípio estruturante do direito à educação. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos, orientada pelos princípios da igualdade de condições para acesso e permanência na escola, criando bases para políticas educacionais inclusivas (BRASIL, 1988). Esse marco constitucional rompe com perspectivas excludentes historicamente presentes no sistema educacional brasileiro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça esse compromisso ao assegurar atendimento educacional aos estudantes com necessidades educacionais específicas, preferencialmente na rede regular de ensino. Ao afirmar esse princípio, a LDB desloca o foco da adaptação do aluno para a adaptação da escola, reconhecendo que é o sistema educacional que deve se reorganizar para acolher a diversidade (BRASIL, 1996).

Outro avanço significativo ocorre com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que consolida a educação especial como modalidade transversal, articulada ao ensino comum. Essa política reafirma que a escolarização deve ocorrer em ambientes inclusivos, garantindo apoio pedagógico complementar quando necessário (BRASIL, 2008). Tal diretriz amplia a compreensão da inclusão como processo contínuo e coletivo.

A legislação brasileira também dialoga com documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca, que defende sistemas educacionais capazes de atender a todos os alunos, respeitando suas singularidades. Essa perspectiva fortalece a ideia de que a diversidade não deve ser tratada como exceção, mas como característica inerente ao ambiente escolar (UNESCO, 1994).

Apesar dos avanços normativos, a literatura aponta que a efetivação da inclusão ainda enfrenta resistências institucionais e culturais. Segundo Mantoan (2003), a escola tradicional foi estruturada para a homogeneização, o que dificulta a incorporação de práticas pedagógicas inclusivas que reconheçam a diversidade como valor educativo.

Além disso, autores como Sasaki (2010) destacam que a inclusão vai além do cumprimento legal, exigindo mudanças atitudinais, pedagógicas e organizacionais. A legislação, embora fundamental, não garante por si só a transformação das práticas escolares, sendo necessária a articulação entre políticas públicas e ações pedagógicas concretas.

A diversidade escolar engloba dimensões múltiplas, como diferenças culturais, étnicas, sociais, cognitivas e físicas. Reconhecer essa pluralidade implica repensar currículos, metodologias e formas de avaliação, promovendo uma educação que valorize as singularidades dos estudantes (ARROYO, 2015).

Assim, os marcos legais representam conquistas importantes, mas seu impacto depende da capacidade das escolas de traduzirem esses princípios em práticas pedagógicas inclusivas. A efetivação da inclusão exige que a legislação seja compreendida como ponto de partida para mudanças estruturais no cotidiano escolar, e não apenas como cumprimento formal de normas.

2.2 Desafios da prática pedagógica inclusiva no contexto escolar

A implementação da inclusão escolar no cotidiano das instituições de ensino revela desafios significativos, especialmente no que se refere à prática pedagógica. Embora a legislação assegure o direito à educação inclusiva, muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, o que impacta diretamente a qualidade do ensino oferecido (GLAT; PLETSCH, 2011).

Um dos principais entraves está relacionado à formação docente inicial, que, em muitos casos, aborda a inclusão de forma superficial. A ausência de aprofundamento teórico e prático sobre educação inclusiva dificulta a construção de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades reais dos estudantes (PIMENTA; LIMA, 2017).

Além disso, a rigidez curricular ainda presente em muitas escolas limita a flexibilização dos conteúdos e das metodologias. Currículos padronizados tendem a desconsiderar os diferentes ritmos e modos de aprendizagem, reforçando práticas excluientes que dificultam a participação plena dos alunos (SACRISTÁN, 2000).

As condições de trabalho docente também influenciam diretamente a efetivação da inclusão. Turmas numerosas, carga horária excessiva e falta de tempo para planejamento coletivo reduzem as possibilidades de reflexão sobre práticas pedagógicas mais inclusivas, tornando o trabalho do professor ainda mais desafiador (TARDIF, 2014).

Outro aspecto relevante diz respeito à avaliação da aprendizagem. Modelos avaliativos tradicionais, baseados na padronização e na comparação, tendem a excluir estudantes que não

se enquadram nos critérios estabelecidos. Avaliações inclusivas exigem abordagens formativas, processuais e contextualizadas (HOFFMANN, 2019).

A ausência de recursos pedagógicos acessíveis e de apoio especializado também compromete a prática inclusiva. Embora a legislação preveja o Atendimento Educacional Especializado, sua implementação ainda é desigual no território nacional, o que sobrecarrega os professores da sala comum (BRASIL, 2008).

Segundo Pletsch (2014), a inclusão escolar só se consolida quando há articulação entre políticas públicas, gestão escolar e práticas pedagógicas. Isoladamente, o esforço do professor tende a ser insuficiente para promover mudanças significativas.

Dessa forma, os desafios da prática pedagógica inclusiva evidenciam a necessidade de investimentos contínuos em formação docente, reorganização curricular e fortalecimento do trabalho colaborativo nas escolas, elementos essenciais para que a inclusão se torne efetiva e sustentável.

2.3 Formação docente como elo entre legislação e prática inclusiva

A formação docente ocupa papel central na articulação entre os princípios legais da inclusão e sua concretização na prática pedagógica. Professores bem formados tendem a compreender a diversidade como potencial educativo, desenvolvendo estratégias que favorecem a participação e a aprendizagem de todos os estudantes (NÓVOA, 2019).

A formação inicial deve oferecer subsídios teóricos e práticos que permitam ao futuro professor compreender os fundamentos da educação inclusiva, bem como desenvolver competências pedagógicas para lidar com diferentes necessidades educacionais (IMBERNÓN, 2016).

No entanto, a formação continuada assume importância ainda maior, pois possibilita a atualização profissional e a reflexão sobre a prática. Espaços formativos coletivos favorecem a troca de experiências e a construção de soluções pedagógicas contextualizadas (GATTI et al., 2019).

Autores como Freire (1996) destacam que a prática docente deve ser constantemente repensada, a partir da reflexão crítica sobre a realidade escolar. Essa postura é essencial para o desenvolvimento de práticas inclusivas sensíveis às diferenças.

A formação docente também precisa dialogar com a gestão escolar, promovendo ações integradas que envolvam toda a comunidade educativa. A inclusão não é responsabilidade exclusiva do professor, mas resultado de um trabalho coletivo (LIBÂNEO, 2018).

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento de atitudes inclusivas. A formação não deve se limitar à aquisição de técnicas, mas também promover valores como empatia, respeito e compromisso social, fundamentais para a construção de uma escola democrática (ARROYO, 2015).

A literatura aponta que professores que participam de processos formativos consistentes demonstram maior segurança para adaptar metodologias, flexibilizar currículos e diversificar formas de avaliação, favorecendo a aprendizagem dos estudantes (GATTI et al., 2019).

Assim, a formação docente se configura como o principal elo entre a legislação inclusiva e a prática pedagógica, sendo condição indispensável para a consolidação de uma escola que reconheça a diversidade como elemento central do processo educativo.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, pois busca compreender, analisar e interpretar fenômenos educacionais relacionados à inclusão escolar e à diversidade no contexto da prática pedagógica. A opção por essa abordagem justifica-se pelo interesse em aprofundar a compreensão dos significados atribuídos às políticas inclusivas e às práticas desenvolvidas no cotidiano escolar, sem a pretensão de quantificação de dados, mas sim de interpretação crítica da realidade investigada.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de produções acadêmicas consolidadas, tais como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais que abordam a temática da inclusão escolar, da diversidade e da formação docente. Esse tipo de pesquisa permite o diálogo com diferentes perspectivas teóricas, possibilitando a construção de um referencial consistente e atualizado sobre o tema.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados reconhecidas na área da Educação, como SciELO, Google Acadêmico e portais institucionais do Ministério da Educação, priorizando materiais publicados nos últimos anos, sem desconsiderar autores clássicos cuja contribuição permanece relevante para a compreensão da educação inclusiva. Os critérios de seleção das fontes consideraram a pertinência temática, a credibilidade acadêmica e a aderência às normas científicas.

A análise dos dados seguiu uma abordagem interpretativa e reflexiva, buscando identificar convergências, divergências e lacunas presentes na literatura. Os textos selecionados foram lidos de forma criteriosa, permitindo a organização das informações em eixos temáticos

relacionados aos marcos legais da inclusão, aos desafios da prática pedagógica e ao papel da formação docente na efetivação da educação inclusiva.

O método adotado possibilitou a construção de uma análise articulada entre teoria e prática, favorecendo a compreensão de como as políticas educacionais inclusivas são interpretadas e operacionalizadas no contexto escolar. Além disso, a pesquisa bibliográfica contribuiu para a identificação de avanços e limites existentes na implementação da inclusão, evidenciando a necessidade de ações formativas contínuas e de políticas públicas efetivas.

Por fim, ressalta-se que a metodologia escolhida mostrou-se adequada aos objetivos do estudo, permitindo uma análise aprofundada da temática e oferecendo subsídios teóricos relevantes para a reflexão crítica sobre a inclusão escolar e a valorização da diversidade na educação contemporânea.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa evidenciam que a inclusão escolar, embora amplamente assegurada no campo legal, ainda enfrenta desafios significativos quando transposta para a prática pedagógica cotidiana. A literatura analisada aponta que a consolidação da educação inclusiva não depende apenas da existência de leis, mas, sobretudo, da forma como essas diretrizes são compreendidas e implementadas no interior das escolas (BRASIL, 2015).

Observa-se que um dos principais avanços identificados refere-se à ampliação do acesso de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades às escolas regulares. Esse movimento representa uma mudança importante em relação a modelos segregadores do passado, reforçando o princípio de que a diversidade é constitutiva do espaço escolar e deve ser reconhecida como elemento pedagógico (MANTOAN, 2015).

Entretanto, os estudos revelam que o acesso, por si só, não garante inclusão efetiva. Muitos alunos permanecem fisicamente na escola regular, mas continuam excluídos do processo de aprendizagem, seja por práticas pedagógicas pouco flexíveis, seja pela ausência de adaptações curriculares adequadas às suas necessidades educacionais (GLAT; BLANCO, 2007).

A formação docente aparece de forma recorrente como um fator decisivo para a efetivação da inclusão. Os resultados indicam que professores que não tiveram contato com conteúdos relacionados à educação inclusiva durante a formação inicial tendem a sentir insegurança diante da diversidade presente em sala de aula, o que pode comprometer o planejamento e a condução das práticas pedagógicas (PIMENTA; LIMA, 2017).

Nesse sentido, a formação continuada desponta como estratégia fundamental para o fortalecimento das práticas inclusivas. A literatura destaca que processos formativos reflexivos, articulados à realidade escolar, favorecem a ressignificação das concepções docentes sobre deficiência, diversidade e aprendizagem, contribuindo para práticas mais equitativas (IMBERNÓN, 2016).

Outro resultado relevante diz respeito ao papel da gestão escolar na promoção da inclusão. Estudos apontam que escolas cujas equipes gestoras assumem postura colaborativa e democrática tendem a criar ambientes mais favoráveis à inclusão, incentivando o trabalho coletivo entre professores, especialistas e demais profissionais da educação (LIBÂNEO, 2018).

A organização curricular também se mostra um aspecto central nos debates analisados. Currículos rígidos e padronizados dificultam a participação de todos os estudantes, enquanto propostas curriculares flexíveis favorecem a adaptação de conteúdos, metodologias e formas de avaliação, respeitando os diferentes ritmos e modos de aprender (SACRISTÁN, 2013).

No que se refere às práticas pedagógicas, os resultados indicam que metodologias ativas e estratégias diversificadas contribuem significativamente para a inclusão. O uso de recursos variados, atividades colaborativas e propostas interdisciplinares amplia as possibilidades de participação dos estudantes e fortalece o aprendizado significativo (MORAN, 2018).

A avaliação da aprendizagem também se apresenta como um ponto crítico. A literatura aponta que modelos avaliativos tradicionais, centrados apenas em provas e resultados padronizados, tendem a reforçar processos de exclusão. Em contrapartida, avaliações formativas e processuais são indicadas como alternativas mais coerentes com os princípios da educação inclusiva (HOFFMANN, 2014).

Os resultados evidenciam ainda a persistência de barreiras atitudinais no contexto escolar. Preconceitos, estigmas e expectativas reduzidas em relação ao desempenho de alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas continuam presentes, influenciando negativamente as práticas pedagógicas e as relações interpessoais (CARVALHO, 2016).

A parceria entre escola e família surge como elemento essencial para o fortalecimento da inclusão. Estudos analisados destacam que o diálogo constante entre professores e familiares contribui para a construção de estratégias pedagógicas mais adequadas e para o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes (DESSEN; POLONIA, 2007).

Outro aspecto relevante refere-se à atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os resultados indicam que, quando articulado ao ensino comum, o AEE contribui

significativamente para o desenvolvimento dos alunos, oferecendo suporte pedagógico complementar sem substituir o papel da sala de aula regular (BRASIL, 2009).

Entretanto, a literatura também aponta fragilidades na implementação do AEE, como falta de recursos, formação insuficiente dos profissionais e dificuldades de articulação entre os diferentes setores da escola, o que compromete sua efetividade (GLAT; PLETSCH, 2011).

Os resultados mostram que a inclusão escolar exige uma mudança de paradigma pedagógico, superando concepções centradas na normalização e no déficit. Autores defendem a adoção de uma perspectiva inclusiva que reconheça a singularidade dos sujeitos e valorize suas potencialidades, em vez de enfatizar limitações (MANTOAN, 2015).

A análise dos estudos também revela que políticas públicas inclusivas precisam ser acompanhadas de investimentos estruturais. A falta de recursos materiais, tecnológicos e humanos aparece como um entrave recorrente à consolidação de práticas pedagógicas inclusivas de qualidade (BRASIL, 2014).

Outro ponto discutido refere-se à importância do trabalho colaborativo entre professores. A troca de experiências, o planejamento coletivo e a construção conjunta de estratégias pedagógicas fortalecem a prática docente e contribuem para a superação de dificuldades relacionadas à inclusão (IMBERNÓN, 2016).

9

Os resultados indicam que a diversidade cultural, social e étnica também deve ser considerada no debate sobre inclusão escolar. A escola contemporânea lida com múltiplas formas de diversidade, o que exige práticas pedagógicas sensíveis às diferenças e comprometidas com a justiça social (CANDAU, 2012).

A literatura analisada aponta que a inclusão escolar não é um processo linear, mas dinâmico e contínuo. Avanços coexistem com desafios, exigindo avaliação constante das práticas e disposição para ajustes e mudanças no cotidiano escolar (SACRISTÁN, 2013).

Os resultados reforçam que a inclusão não se resume a estratégias pedagógicas isoladas, mas envolve uma cultura escolar inclusiva, pautada em valores como respeito, solidariedade e equidade. Essa cultura precisa ser construída coletivamente por toda a comunidade escolar (LIBÂNEO, 2018).

Por fim, a discussão dos resultados evidencia que a efetivação da inclusão escolar depende do compromisso ético e político dos profissionais da educação. Mais do que cumprir exigências legais, é necessário assumir a inclusão como princípio pedagógico e social, orientando decisões, práticas e relações no ambiente escolar (CARVALHO, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou compreender que a inclusão escolar, no contexto da escola contemporânea, representa um processo complexo que vai além do cumprimento das determinações legais. Ao longo da pesquisa, foi possível aprender que a efetivação da inclusão exige mudanças profundas nas concepções pedagógicas, nas práticas docentes e na organização escolar, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

Os resultados encontrados demonstram que, embora existam avanços significativos no acesso e na permanência dos estudantes na escola regular, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, à flexibilização curricular, à avaliação da aprendizagem e às condições institucionais. Esses aspectos indicam que a distância entre a legislação inclusiva e a prática pedagógica cotidiana ainda é um obstáculo a ser superado, demandando ações mais consistentes e articuladas.

Este trabalho contribui para a área de estudos ao evidenciar a necessidade de uma abordagem inclusiva que considere a diversidade de forma ampla, envolvendo dimensões pedagógicas, sociais, culturais e humanas. Ao destacar o papel do professor, da gestão escolar e da cultura institucional, a pesquisa reforça que a inclusão é uma responsabilidade coletiva, construída no cotidiano das relações escolares e nas escolhas pedagógicas realizadas diariamente.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o fato de se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica, o que não permite observar diretamente a realidade das escolas. Dessa forma, sugere-se que pesquisas futuras possam incorporar estudos de campo, possibilitando uma análise mais aprofundada das práticas inclusivas e de suas repercussões no processo de ensino-aprendizagem.

Conclui-se que os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que o estudo permitiu analisar criticamente os avanços, limites e desafios da inclusão escolar, respondendo às questões iniciais da pesquisa. A inclusão, enquanto princípio educativo, exige compromisso contínuo, investimento em formação e disposição para a transformação das práticas pedagógicas, reafirmando o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2017.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural: entre afirmações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. II. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

DESEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21–32, 2007.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto da educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

11

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. Porto Alegre: Penso, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.